

ASFOC-SN

**24 ANOS DE
DEMOCRACIA, LUTAS...**



E SEMPRE

**EM DEFESA DA
FIOCRUZ PÚBLICA
ESTRATÉGICA e ESTATAL**



3º Congresso Interno em 1998



Fiocruz: Sempre Pública, Estratégica e Estatal

Em setembro de 1986, a Asfoc, na época Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz, realizou a primeira eleição para sua diretoria e, a partir dali, se tornou a legítima representação dos interesses dos trabalhadores da Fiocruz. Até aquele momento, nossa Asfoc funcionava como um braço assistencialista ligado à Presidência da Fiocruz. Era um momento de retomada da democracia no País e nossos trabalhadores participavam intensamente deste processo. A mudança de perfil e de caráter se deu na esteira das mudanças pela qual passava toda a sociedade, e na Fundação não era diferente.

Sergio Arouca havia assumido a Presidência da Fiocruz e era um dos principais nomes do grupo que liderava o processo de reforma sanitária brasileira, que viria a culminar com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição de 1988. Arouca, junto com nossos bravos trabalhadores, iniciava as mudanças na Fundação com o intuito de torná-la mais democrática, ampliando a participação da comunidade nas decisões dos rumos institucionais. Parte essencial deste processo foi a entrega da Asfoc aos servidores, o que nos deu a grata responsabilidade de sempre ter como bandeiras a democracia, a defesa dos princípios da reforma sanitária e do caráter público, estratégico e estatal da Fiocruz, além da luta pelos direitos dos trabalhadores e por uma sociedade igualitária. Desde então, esta tradição vem sendo seguida por todas as diretorias da Asfoc.

É importante lembrarmos nossa história. Nela continuamos renovando nossas forças e compromissos para darmos sequência a todas as nossas lutas. Neste momento, estamos às portas da realização do VI Congresso Interno - acontecerá na semana de 18 de outubro -, instância máxima de deliberação do nosso modelo de gestão participativa, fruto dessa construção coletiva iniciada lá na década 80 do século XX. E novamente a Asfoc, agora como Sindicato, de fato e de direito, levantará a bandeira em defesa da Fiocruz Pública, Estratégica e Estatal.

Os debates que antecederam ao VI Congresso evidenciaram algumas visões distintas sobre os rumos da instituição, e a nossa posição é clara: não podemos abrir mão de que a Fiocruz siga tendo como foco principal de atuação o enfrentamento dos males que afetam a saúde da população mais pobre - que depende diretamente das ações de saúde pública - e o desenvolvimento de ações que busquem, por meio de nossa atuação na área da saúde e da ciência e tecnologia, contribuir para redução do grave quadro de desigualdade social no País.

O Estado brasileiro deve ser o agente financiador das nossas atividades e do SUS, sob o risco claro de vermos toda área de saúde tragada pelos interesses do mercado, que, como sabemos, não tem nenhum compromisso com redução de desigualdades ou democracia. Desta forma, nosso papel estratégico para a sociedade como um todo e para o SUS, especificamente, será fortalecido. Hoje, infelizmente, vemos ações de governo que nos empurram para uma lógica de busca de recursos extra-orçamentários, se desresponsabilizando política e orçamentariamente, e nos jogando no colo dos interesses do capital.

Buscamos também que o governo federal, pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH), reconheça este papel estratégico que cumprimos para a sociedade e pare de desprezar nossa centenária Instituição com sucessivas quebras de compromisso, tanto com o Sindicato, quanto com a Presidência da Fiocruz. Num momento em que são propostas no VI Congresso Interno importantes mudanças para a Fiocruz - e que, em muito, dependerão da nossa capacidade de articulação política junto aos poderes Executivo e Legislativo -, vemos mais uma vez esta nossa força posta em xeque.

Aguardamos desde o primeiro semestre deste ano uma proposta que traga avanços na recuperação dos princípios de nossa carreira - descaracterizada desde a edição da Medida Provisória 441/08 - e incorpore, em definitivo, os valores relativos ao impacto da mudança dos parâmetros para concessão dos adicionais de insalubridade.

Embora o próprio governo reconheça que estas mudanças trazem significativo impacto aos servidores, e estejamos mantendo os valores por meio de decisão de caráter liminar, mais uma vez o prazo para apresentação de uma proposta (21 de setembro) não foi cumprido. Urge que esse desrespeito finde. Tornase constrangedor para a Instituição e inaceitável para a Asfoc-SN que compromissos assumidos entre entes do próprio governo, no caso a SRH e a Presidência da Fiocruz, sejam ignorados e que a Fundação não consiga fazer valer junto ao governo o interesse de seu maior patrimônio, seus trabalhadores.

Mesmo sem a proposta, está mantida a reunião prevista para o dia 7 de outubro, quando a SRH afirma que, aí sim, irá apresentá-la. Estamos atentos e continuaremos cobrando, tanto da Fiocruz quanto da SRH, que as nossas reivindicações sejam atendidas. O movimento está pronto a reagir de forma mais incisiva caso a situação não se reverta!

Só fortaleceremos nosso papel estratégico tendo nossos direitos reconhecidos por aqueles que têm a obrigação de nos financiarem e valorizarem.

Não há amargor, apenas decepções

por Antonio Humberto da Costa

Diretor Geral da União dos Aposentados da Fundação Oswaldo Cruz (Unifoc)

Quando completo 75 anos de idade, 51 deles vivendo e vivenciando as coisas de Manguinhos, nada me surpreende mais!

Ao longo dos anos, vi e convivi com a nobreza de um Ermani Braga; com a dinâmica quase louca de Edmar Terra Blois para criar e administrar essa Fundação, que, com o tempo, sofreu várias modificações, mas não mexeu na sua essência, o orgulho de ser Fiocruz; e com Sergio Arouca, aquele que mudou os conceitos da saúde pública brasileira, ao fazer a Reforma Sanitária e, assim, fincar o divisor, antes e depois dele.

Citar mais nomes seria cometer injustiça com os que não fossem citados, quer para o bem, quer para o mal, dependendo do ponto de vista de cada um.

Este artigo pode chegar às suas mãos com acontecimentos já realizados, pois esta é a dinâmica da tecnologia a serviço da comunicação. Baseado no informativo da Asfoc, divulgado em 28 de setembro, ficamos pasmos ao constatar que o democratismo continua a imperar nas decisões governamentais, no que concerne à nossa Fiocruz. Focamos sempre a sonhar com democracia e que trabalhamos numa instituição de excelência e que, para tanto, somos respeitados e tratados como tal.

Como nos deixamos enganar!

Até hoje (1º de outubro) a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG não cumpriu o acordado com a Fiocruz e a nossa Asfoc-SN. Ao invés de sermos recebidos por sua excelência, o secretário, apenas a chefe de gabinete do secretário nos fornece informações imprecisas, prazos que não são cumpridos. Por outro lado, a coordenadora de Negociações e Relações Sindicais da SRH informa que, por decisão de sua excelência, o secretário, a proposta não seria encaminhada no momento.

Abrir agora linha-de-fogo contra a Presidência da Fiocruz não me parece coerente, pois, no momento, o que precisamos manter é a unidade de Manguinhos como um todo.

O que devemos ter é uma mobilização que inclua uma participação maciça de todos os servidores da Fiocruz. Nossos movimentos, com decisões e vitórias retumbantes, só foram alcançados quando tínhamos uma força maior, representada pela maioria dos servidores de Manguinhos.

Não basta dizer que sou Fiocruz! É necessário que comprove! E esta comprovação só atinge seu limite quando mostramos nossa cara e não ficamos somente no "oba, oba"; até porque muito do que queremos legalmente poderá não acontecer. Este governo já comprovou, em vários momentos, que a palavra empenhada não é o seu forte.

Você poderá não ter gostado de saber do ponto de vista da Unifoc, contudo esta é a realidade de aposentados e ativos.

E as reformas preconizadas em todos os segmentos da Fiocruz, quando irão acontecer?

- Fique de olho!

Aqui não é uma crítica da nossa Unifoc, apenas uma advertência, pra não dizer que não falei das flores.

EXPEDIENTE

■ DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC - SINDICATO NACIONAL (E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br) • Paulo César de Castro Ribeiro - Presidente • Paulo Henrique Scrivano Garrido - Vice-Presidente • Alcimar Pereira Batista - Diretor de Administração e Finanças • Gilberto Lessa - Diretor Secretário-Geral • Jorge Santos da Hora - Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos • Roberto Lopes - Diretor de Esportes • João Carlos B. R. de Freitas - Diretor Social e de Cultura • Adriano De Lavor - Diretor de Comunicação • Wladimir Gomes de Melo - Diretor de Articulação Regional ■ SUPLENTE • Daniel Daipert Garcia • Carlos Augusto de Andrade Meirelles • José Leonídio Madureira de Souza Santos • Rita Regina Guimarães • Paulo Henrique da Costa Ferreira ■ CONSELHO FISCAL • Marilene Fragas Costa - Presidente • Nilton Francisco da Silva • Nilton Francisco da Silva - Secretário • Júlio César Miguel • Lucio José de Oliveira • Alexandre Silva Muniz

■ DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO (Tel.: 21 2598-4231 Ramal 211 /E-mail: jornalismo@asfoc.fiocruz.br) ■ Gerência de Comunicação • Jesuan Xavier ■ Equipe • Fernando Taylor e Mario Cesar ■ Fotografia • Jesuan Xavier • Fernando Taylor • Mario Cesar ■ Divulgação • Jorge Vieira ■ Impressão • Wal Print Gráfica e Editora ■ Programação Visual • F.Tavares

CONTATOS ASFOC - SN

■ SEDE DA ASFOC-SN (AV.BRASIL, 4.365 - RJ - CEP 21040-360) ■ Secretaria - 2598-4231 ■ Jornalismo - 2598-4231 (R. 211) ■ Odontologia - 2598-4333 ■ Jurídico - 2598-4231 (R. 214) ■ Seguros - 2598-4231 (R.218) ■ Salão de Beleza - 2598-4231 (R.223) ■ Restaurante - 3885-3890 ■ REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DA ASFOC-SN: Pernambuco - (81) 3454-4501 ■ Minas Gerais - (31) 3349-7710 ■ Distrito Federal - (61) 3340-0340 ■ Bahia - (71) 3356-6583 ■ Amazonas - (92) 3621-2397

Plebiscito Popular: Fiocruz diz “sim” ao Limite da Propriedade da Terra

Os trabalhadores da Fiocruz responderam “sim” ao Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra. Durante a consulta, duas perguntas foram feitas na cédula de votação: “Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?” e “Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?”.

Para a primeira questão, 1.208 disseram “sim” (96,10% dos votos válidos) e 49, “não” (3,90%) – 13 votos em branco e 2 nulos foram totalizados. Na segunda pergunta, 1.181 responderam “sim” (94,63% dos votos válidos) e 67, “não” (5,37%) – 22 votos em branco e 2 nulos foram computados.

A consulta na Fundação foi feita entre os dias 31 de agosto e 10 de setembro e cinco urnas fixas ficaram espalhadas no campus de Manguinhos (Asfoc, Ensp, Manguinhos e duas no Politécnico – para menores de 16 anos e outra para maiores). Mil duzentos e setenta e dois eleitores participaram do plebiscito popular. Deste total, 1.178 apoiaram a causa em abaixo-assinado – que continua circulando em todo o país até o fim do ano.

O objetivo da coleta de assinaturas é entrar com um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso para que seja inserido um novo inciso no artigo 186 da Constituição, que se refere ao cumprimento da função social da propriedade rural.

A proposta da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade de Terra é que se limite o tamanho da terra em até 35 módulos fiscais – medida sugerida pela campanha do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (veja box).

Áreas acima de 35 módulos seriam incorporadas automaticamente ao patrimônio público e

QUAL É O LIMITE?

O Fórum propõe um limite de 35 módulos fiscais, referência estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que define a área mínima suficiente para prover o sustento e a vida digna de uma família. Os módulos variam de uma região para outra (entre 5 e 110 hectares) e são definidos para cada município a partir da análise de várias regras, como por exemplo a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo e as condições de acesso.

O limite de 35 módulos significa uma variação entre 175, em casos de imóveis próximos às capitais com boa infra-estrutura e fácil acesso aos mercados consumidores, e 3.500 hectares, em boa parte da região amazônica. No estado do Rio de Janeiro, o módulo mais freqüente equivale a 10 hectares e o limite seria, então, 350 hectares.

destinadas à reforma agrária. Caso a proposta seja aprovada, cerca de 50 mil grandes propriedades de terra seriam atingidas no país.

O resultado geral do plebiscito popular será divulgado nos dias 18 e 19 de outubro, em Brasília, onde a Plenária Nacional reunirá representantes de todos os estados para o fechamento dos números.

DEBATE – Como preparação para o plebiscito popular na Fiocruz foi realizado o debate “Saúde e Desenvolvimento Agrário”, no auditório da Ensp, no dia 31 de agosto. O palestrante José Paulo Vicente da Silva, assessor da Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde/Fiocruz, elogiou a campanha encabeçada pelo Fórum.

“Falar sobre o plebiscito popular é falar da luta pela transformação qualitativa da sociedade brasileira, que é historicamente injusta e cuja matriz de desenvolvimento tem se demonstrado absolutamente insustentável, com graves consequências para a saúde humana e dos ecossistemas”.

José Paulo lembrou ainda que a questão agrária não é um problema apenas do campo e de seus agricultores, mas também dos grandes centros, porque o assunto repercute na cidade, como é o caso da saúde e do ambiente.

“O agrotóxico, por exemplo, não atinge apenas o agricultor, que tem pouca orientação para manusear este veneno, mas chega até a mesa da população da cidade, que consome alimentos altamente contaminados por substâncias cancerígenas, muito prejudiciais à saúde humana e dos ecossistemas. Por isso discutimos a importância da transformação do modelo de desenvolvimento agrário do país numa perspectiva de promover a saúde”, frisou o assessor.

Já o professor da Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio Politécnico/Fiocruz e da Uerj,

PLEBISCITO POPULAR

	PERGUNTA 1					PERGUNTA 2				
	Sim	Não	Branco	Nulo	Total	Sim	Não	Branco	Nulo	Total
URNA 1 - ENSP	385	8	1	-	394	375	15	4		394
URNA 2 - ASFOC	73	12	1	-	86	76	10			86
URNA 3 - POLI (>16)	639	26	10	1	676	623	37	15	1	676
URNA 4 - MANGUINHOS	62	1	1	1	65	59	3	2	1	65
URNA 5 - POLI (<16)	49	2			51	48	2	1		51
TOTAL	1208	49	13	2	1272	1181	67	22	2	1272
	Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?					Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?				

Paulo Alentejano, enumerou os problemas centrais do modelo agrário brasileiro: a persistência da concentração fundiária no país; a crescente internacionalização da agricultura no Brasil; as transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária nacional; a crescente insegurança alimentar derivada da priorização da produção para exportação em detrimento da produção de alimentos básicos para o abastecimento do mercado interno; além da persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo.

“O objetivo fundamental da campanha é pedagógico: discutir estes problemas com a sociedade e recolocar para ela a importância do debate sobre a reforma agrária. Esse é o desafio! Queremos mais pessoas na discussão”, concluiu Alentejano.

Mais informações sobre o movimento no site www.limitedaterra.org.br.

ABERRAÇÃO

No Brasil, um dos grandes responsáveis pela miséria e a fome é a concentração da propriedade da terra. Censo Agropecuario de 2006, feito pelo IBGE, revelou que a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos: quase 50% dos estabelecimentos agropecuarios têm menos de 10 hectares e ocupam 2,36% da área, enquanto menos de 1% tem área acima de 1.000 hectares cada e ocupa 44% das terras.

VI CONGRESSO INTERNO

Asfoc defenderá manutenção do caráter público da Fiocruz

Desde o adiamento do VI Congresso Interno para a semana de 18 de outubro, o Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz aprofundou ainda mais as discussões sobre toda a pauta do evento: Plano de Longo Prazo, Plano Quadrienal e Modelo de Gestão.

Asfoc não só manteve os grupões semanais (reuniões ampliadas de diretoria), que realiza sistematicamente desde junho, como organizou mais dois debates com os seguintes temas: “Produção e Desenvolvimento Tecnológico na Fiocruz: diagnóstico e perspectivas”; no dia 2 de setembro, e “Subsidiárias - Experiência na Cnen”, no dia 9 do mesmo mês.

Neste último, o secretário-geral do Sindsef/SP e técnico de produção e pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Renato Benevutti, falou sobre como os trabalhadores da sua instituição encararam a proposta de criação de uma Empresa Brasileira de Radiofármacos, que substituiria o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen/Cnen).

Segundo ele, ainda em 2004, houve uma grande discussão interna sobre questões que afligiam a área de produção de radiofármacos da Cnen. “A similaridade com o processo que vocês estão passando aqui é enorme. Naquela época, o governo propôs, por meio da direção da instituição, uma subsidiária para a produção desse segmento, alegando que assim seria mais fácil captar recursos e disputar com o mercado”. De acordo com Benevutti, o argumento principal era de que dessa forma poderia superar uma série de entraves à gestão.

Ele disse que os trabalhadores da Cnen demonstraram que essa produção (substância radioativa para realização de exames e terapias) era, acima de tudo, uma questão de saúde pública e que a ideia de um potencial “lucro” deveria ser minimizada. “Também mostramos que o desfinanciamento poderia ser resolvido politicamente. Fomos ao Congresso e os parlamentares nos apoiaram”, frisou.

O diretor do Sindsef contou ainda que os trabalhadores optaram pela realização de um plebiscito interno. “Em dezembro de 2005, os servidores da Cnen recusaram, por ampla maioria, a proposta de criação de uma subsidiária”.

Renato Benevutti, da Cnen, fala (observado pelo presidente da Asfoc, Paulão) sobre como os trabalhadores enfrentaram a proposta de criação de empresa de radiofármacos

Desde então, segundo ele, ficou comprovado que as maiores dificuldades eram mesmo de gestão. “Ao longo desses anos, sentimos que houve uma grande pressão pela criação dessa empresa. Sucatearam alguns setores e nos deixaram sem recursos. Mas, mesmo assim, demos conta do recado, cumprimos com as metas e as demandas do governo. Provamos que o maior problema era de administração”.

Benevutti rebateu incisivamente a mudança de modelo. “Os instrumentos já estão aí, é uma falácia dizer que precisamos de outros. Mudar o modelo não resolverá questões de planejamento”.

Apesar da recusa dos trabalhadores, ele tem consciência de que a proposta de criação de uma empresa pode retornar a qualquer momento. “A minuta de um Projeto de Lei contemplando isso existe há vários anos. É evidente que a proposta pode ser imposta de cima pra baixo, sem que nos dê chance de rebatê-la. Mas, em quanto tivermos oportunidade de brigar em favor do que achamos mais correto para os trabalhadores e a sociedade brasileira, vamos fazê-lo. Esse é o nosso compromisso, nossa missão”.

Produção no centro da questão

No outro debate, no auditório da Dirac, o ex-diretor de Biomanguinhos Akira Homma e o atual, Artur Roberto Couto, apresentaram uma série de di-



Fotos: Fernando Taylor



Akira Homma, ex-diretor de Biomanguinhos (à esquerda), expõe as dificuldades da área de produção da Fiocruz para auditório lotado da Dirac



ficuldades que a área de produção passa por estar submetida ao atual modelo jurídico da Fiocruz. “Podemos e queremos ser públicos, mas temos que ter uma maior flexibilidade. Hoje, não temos recursos disponíveis a tempo e a hora para atender uma demanda que cresce a cada dia”, frisou Artur.

Ambos defenderam a criação de uma subsidiária para a Unidade. “Não estou aqui fazendo uma defesa da privatização de Biomanguinhos. Se isso acontecesse (a privatização), tenho certeza de que não sobreviveríamos mais cinco anos. Mas, do jeito como está hoje, também não dá. Estamos trabalhando no limite. A subsidiária me parece a melhor solução para o nosso impasse. Bio desenvolve atividade estratégica e precisa de gestão diferencial”, destacou Akira.

Segundo Artur, o próprio Ministério da Saúde demanda o início da ampliação de determinadas plantas de Bio, mas depois diz que não há recursos suficientes para dar continuidade ao investimento. “O ministério alega que não cabemos mais em seu orçamento”.

Os dois reclamaram do excesso de burocracia para compras e liberação de verba, e que hoje seria necessário captar recursos de outras fontes. Obtiveram apoio do diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) e ex-presidente da Fiocruz, Carlos Morel. “O BNDES não libera recursos apenas por questões legais. Se tivéssemos a subsidiária, não haveria problema”.

Os argumentos foram veementemente contestados pela plateia, que lotou o auditório da Dirac. Para a maioria, o grande problema, não só da área de produção, mas com um todo na Fiocruz, é de gestão – que poderia ser solucionado com um melhor planejamento.

O presidente da Asfoc, Paulo César de Castro Ribeiro, lembrou que os supostos entraves apresentados são condições inerentes a quem utiliza recursos públicos. “Aqui nos parece que podem ser superados com os avanços que vêm sendo conquistados por outros setores do serviço público federal e em propostas de mudanças nas leis que já estão sendo discutidas”.

Além disso, segundo ele, se o Ministério da Saúde e a direção da Fiocruz realmente acreditam no caráter estratégico do setor, devem buscar politicamente junto ao Congresso Nacional os recursos necessários a essas atividades.

Paulão citou também o documento dos trabalhadores “A Posição da Asfoc”, amplamente divulgado em agosto, para defender o modelo de au-

tarquia, mas com seus devidos aperfeiçoamentos. “Estamos cientes de que melhorias podem e devem ser discutidas. Acreditamos na nossa capacidade de aperfeiçoar o atual modelo e é isso que vamos buscar nos debates do Congresso Interno”.

Nos últimos dias, o Sindicato vem trabalhando na elaboração de uma cartilha de orientação dos delegados, com as propostas da Asfoc, que será distribuída na abertura do VI Congresso Interno, dia 18 de outubro – e também ficará disponível no site (www.asfoc.fiocruz.br).

Negociações com o Planejamento: Asfoc propará moção de repúdio

Paralelamente às discussões em relação ao VI Congresso da Fiocruz, a Asfoc-SN mantém as gestões pela apresentação de uma proposta de reestruturação de carreiras favorável aos trabalhadores da Fiocruz.

Até o fechamento desta edição (1º de outubro), e quebrando o acordo feito na última reunião com a Asfoc (25/08), a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento ainda não havia enviado a minuta do texto para a apreciação do Sindicato.

Já se vão dois meses desde que o próprio secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira, se comprometeu a apresentar proposta para compensar possíveis perdas em relação ao adicional de insalubridade.

Desde então, o Sindicato elaborou um termo de intenção, pedido pelo governo, que foi entregue oficialmente na Mesa de Negociações. De lá pra cá, a SRH já adiou várias vezes a data de envio da proposta.

A Asfoc considera que a Presidência da Fiocruz não está priorizando a questão, essencial para os trabalhadores da Fundação. Apesar da cobrança insistente do Sindicato, a Fiocruz demonstra incapacidade política para conseguir reverter a situação.

A diretoria da Asfoc se reunirá novamente com o secretário no próximo dia 7 de outubro, quando finalmente espera ter conhecimento da proposta. De qualquer forma, o Sindicato irá propor uma moção em repúdio ao tratamento dispensado aos trabalhadores da Fiocruz, a ser aprovada na Plenária do VI Congresso Interno da Fundação.



Fotos: Mario Cesar

ASFOC COMEMORA

24 ANOS DE DEMOCRACIA E LUTAS!

Os trabalhadores da Fiocruz comemoraram com uma grande festa o aniversário de 24 anos da primeira eleição para diretoria da Asfoc (veja abaixo a cronologia do Sindicato). Para relemburar o histórico de lutas, a decoração foi uma atração à parte: 18 banners, divididos em seis temas (diretores-presidentes da Asfoc, grandes manifestações, shows históricos, Jorge Careli, atos no Castelo e atividades esportivas), levaram os convidados a uma saudosa viagem no tempo.

Também chamou a atenção dos trabalhadores a reinauguração do Estação Asfoc, agora com espaço mais amplo para circulação e nova cobertura (parte do teto retrátil e translúcido). Para completar a comemoração, a banda Rock Revival subiu, mais uma vez, ao palco da sede do Sindicato para apresentar o melhor das décadas de 60, 70 e 80.

No mês de setembro de 1986, a Asfoc, até então Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz, iniciou seu processo democrático com a posse da primeira diretoria eleita. O momento simbolizou o marco de transformação do caráter assistencialista vinculado à Presidência da Fiocruz para o início da construção de uma representação sindical voltada para as reais necessidades dos trabalhadores.

Desde então, a Asfoc se destacou por politizar o cotidiano da Fiocruz, com mobilizações e protestos bem-humorados. Fizemos enterros simbólicos de políticos, abraçamos o Castelo, vestimos narizes de palhaços, participamos de

um grande circo pela carreira de Ciência e Tecnologia, quando a integrávamos, e festejamos cada vitória.

Também panfletamos em ônibus que trafegam na Avenida Brasil e fechamos as portas da Fundação por incontáveis vezes. Com greves e negociações bem conduzidas, conquistamos aumentos salariais, melhorias para a carreira de Ciência e Tecnologia (C&T), o pagamento do Bresser - conquista histórica após 17 anos de luta para recuperar perdas salariais (26,06%) de um desastroso plano econômico, no governo Sarney, em 1987 - e, mais recentemente, o Plano de Carreiras da Fiocruz - que equalizou todas as diferenças salariais existentes na instituição.

“A confraternização é muito importante porque renova a nossa capacidade de estar participando das discussões e construindo uma Asfoc cada vez mais participativa e forte. A luta da Asfoc não é só no Rio de Janeiro, é uma luta nacional... e nossos diretores regionais, junto com o dedicado corpo de funcionários do Sindicato, também representam a força da Asfoc nacional que estamos construindo a cada dia”, afirmou o presidente Paulo César de Castro Ribeiro, o Paulão, durante a abertura da festa, que contou ainda com a presença de diretores e ex-diretores da Asfoc, dirigentes regionais do Sindicato e o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha.

Que venham outros aniversários e novas conquistas!



Reduzir, Revalorizar, Reciclar, Repensar

Os “erres” da sustentabilidade somados à atitude de reeducar a Fiocruz para um futuro sem desperdício

Fernanda Freitas

No Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde (INCQS) é assim: antes de os trabalhadores jogarem qualquer papel no lixo é avaliado se realmente não será mais necessário. E ainda há um segundo cuidado: o papel não pode ser amassado, porque isso quebra as fibras da celulose – para ir à reciclagem o material deve ser rasgado.

E assim como o papel, cada resíduo tem que ter seu destino específico. O lixo do INCQS tem característica de lixo especial, de acordo com a nomenclatura da ONU. E esta classificação obriga o tratamento de todo o material antes de ser levado para fora da Fundação.

Questão não só de biossegurança, como de biosseguridade, como explica a química Janete Duarte, responsável pelo Laboratório de Ensaio Físicos do instituto e pelo Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

“Tratar o resíduo aqui dentro da instituição é biossegurança, ou seja, estamos cuidando de quem está trabalhando com o resíduo, avaliando a insalubridade. Mas quando ele sai daqui é uma questão de biosseguridade, o que quer dizer que você está protegendo a instituição, quem trabalha nela e o material que está sendo tratado. Estamos atentos ao impacto da saúde no meio ambiente”.

Todo este contexto de aprendizado foi disseminado pela química entre 2002 e 2003 (muito antes do Decreto-Lei nº 5.940, de outubro de 2006, que determina, nas repartições públicas federais, a separação e o envio de resíduos recicláveis a cooperativas de catadores).

O primeiro passo foi transformar alguns galões de reagentes de Farmanguinhos nas primeiras latas de reciclagem da Fiocruz, colando papel adesivo colorido.

“O Messias, carpinteiro que hoje nem está mais conosco, achou bonito a iniciativa e construiu as rodas de madeira para acomodar as latas de modo que não se precisa colocar a mão. E fomos aperfeiçoando à medida que os outros trabalhadores abraçavam a causa. Hoje o programa é um exemplo de integração”, explica Janete.

Essa colaboração dos funcionários fica evidente, por exemplo, na lavagem e esterilização dos vidros de amostras de hemoderivados. Os recipientes são separados e passam por banhos com diversas substâncias com o apoio de voluntários, e depois ainda tem o crivo de uma comissão de administração, responsável pela logística do programa.

Em dezembro de 2006, depois do decreto que determina a coleta seletiva nas repartições públicas, a Diretoria de Administração do Campus (Dirac) criou o Departamento do Meio Ambiente e iniciou sua atuação no descarte dos químicos de maneira adequada e mais barata. E aos poucos outros materiais foram agregados.

Segundo Tatsuo Shubo, chefe do Departamento de Meio Ambiente da Dirac desde 2007, o serviço atingiu 50% do campus da Fiocruz de Manguinhos, o que significa 120 toneladas de lixo por ano enviadas para reciclagem ou reutilização de materiais.

Foto: Fernanda Freitas



Janete Duarte em um dos pontos de coleta do INCQS

“A nossa grande meta hoje é ultrapassar essa marca de 50% de descarte seletivo na Fiocruz. Não basta ter as latas coloridas. É preciso, por exemplo, manter pessoas constantemente capacitadas para realizar a coleta do material, porque o rodízio de auxiliares de limpeza nos departamentos é muito grande. E, principalmente, é preciso educar as pessoas. Já encontramos suco e sanduíche dentro da lata de descarte de pilhas e baterias”, revelou Tatsuo.

Falar de coleta seletiva é mostrar apenas uma ponta do problema. É preciso haver uma política de gerenciamento integrado dos resíduos: a educação ambiental, o descarte consciente, a logística adequada e a destinação responsável para garantir que se tratou do resíduo do berço ao túmulo, sem causar ônus à sociedade.

Diferente do voluntariado do INCQS, que atua no processo de pré-reciclagem - separando e tratando os materiais e enviando às cooperativas parceiras de catadores de lixo, artesãos e ao Projeto de Vidro da Vila Olímpica da Mangueira (conveniada com a fábrica Cisper), que geram “Moeda Verde” reinvestidas em cestas básicas para os voluntários e para alguns outros projetos cadastrados -, o Departamento de Meio Ambiente da Fiocruz, segundo Tatsuo, optou por trabalhar com empresas especializadas na destinação de materiais, com selo do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Isso porque a demanda da coleta da Dirac inclui produtos radioativos, ou seja, os riscos ambientais devem ser reduzidos ao máximo.

A renda gerada pela Dirac, pelos resíduos recolhidos na Fiocruz, é destinada para o projeto “Construindo uma Família”, do Instituto Fernandes Figueira (IFF), e para a cooperação social da Presidência da Fiocruz, que gerencia uma conta única para ações sociais cadastradas.

Ainda que por iniciativas paralelas, são braços verdes que se unem em uma causa ambiental e fazem a Fundação caminhar para um futuro auto-sustentável.

Para comemorar o ano da Biodiversidade, o Departamento de Meio Ambiente da Dirac realizou o Fórum da Biodiversidade, no dia 20 de setembro, no auditório da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

O diretor de Biodiversidade de áreas protegidas do Inea, André Ilha, comentou a importância dos parques nacionais.

“Estamos fazendo um trabalho no Parque da Pedra Branca e temos a Fiocruz como vizinha e grande parceira. A ideia é reflorestar com plantas nativas utilizadas em pesquisas na Fundação, para que se diminuam custos de deslocamento de pesquisadores e de produção de matéria-prima. Todo mundo só tem a ganhar com a sustentabilidade”, comemorou o diretor durante o evento, que contou ainda com a participação de Tatsuo Shubo e de representantes da direção da Fiocruz.

Segundo Tatsuo, trabalho semelhante já está sendo implantado no Horto do campus, fruto da reutilização da poda e da capina que são recolhidas na Fundação.

Na plateia, funcionários da Nova Rio (empresa terceirizada na limpeza do campus), peças fundamentais para a implantação definitiva da coleta seletiva, acompanharam atentamente a exposição dos palestrantes.

Nossa Colônia de Férias é uma festa. Mas só para as crianças. Pais não entram!

Quando chega julho já é tradição: uma explosão de cores invade o campus de Manguinhos da Fiocruz. Uma festa que, pela primeira vez, terminou bem a caráter, na casa de festas Espaço Infantil, na Ilha do Governador. Os pais que já morriam de curiosidade em conhecer os detalhes do pernoite tiveram, mais uma vez, que manobrar a ansiedade, porque o nome do salão só foi conhecido pelas crianças quando chegaram ao local.

E quem não gosta de surpresas? Os colonins adoraram! A parede de escalada foi um convite às mocinhas com roupa de festa a lembrarem que infância boa não calça sapatos. Botas, saltinhos e sandalhinhas elegantes logo se amontoaram na parede pintada de bolinha. Karen (turma 10-11 anos) tratou de amarrar o vestido nas pernas e foi a primeira a encarar o desafio, com direito a tirolesa no final.

E tinha diversão para todos os gostos. Máquinas de games, Wii, piscina de bolinhas, totó, arvorismo etc. Na colônia nenhuma idade é esquecida. Falando nisso, onde mesmo foi parar a turma da 10-11, tio Anderson?



Fotos: Fernanda Freitas

“Todo mundo entocado na lan house. Mas para isso tem antídoto: música. A meninada que está desembarcando agora na adolescência não pode ouvir um batidão”, revelou.

E disso a Turminha da Bagunça, responsável pela animação da festa, entende bem! Abriram o salão com direito a luzes estroboscópicas e coreografias da moda. A partir daí, ninguém mais parou! Lara, da turma de 10-11, curtiu de tudo já em tom de saudade.

“É, tia, essa é minha última colônia. Tem que ter história para contar”.

Um olhar emocionado, um suspiro e um salto. Afinal, essas histórias deverão ser contadas aos amigos e à família, não agora. Por aqui, as aspas são assim, bem curtinhas, porque o tempo é de viver. E a hora voa!

E quanto aos pais que, inquietos, viveram a mais este suspense? Calma, gente! No final, é sempre bom ter um segredinho para contar.

Veteranos da Asfoc/Fiocruz são campeões do II Saudando Saúde de Futsal

Os Veteranos da Asfoc/Fiocruz conquistaram o título do II Campeonato de Futsal Saudando Saúde, do Ministério da Saúde. Na grande decisão, a equipe deu show ao goleiar a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil/Fundo Estadual de Saúde (Sesdec/FES) por 12 a 0, na Associação Atlética Tijuca. Wilson levou o troféu de artilheiro da competição, com 14 gols, e Armando, o de melhor goleiro.

Na categoria Amador, a Asfoc/Fiocruz caiu na semifinal ao ser derrotada nos pênaltis para o mesmo Sesdec/FES, por 3 a 1. No tempo normal, o adversário fez 2 a 0 e a equipe da Fundação empatou a partida faltando dois minutos para o fim. O time ainda desperdiçou duas chances e, por pouco, não foi para a final. Também no dia 28 de agosto, as meninas da Asfoc/Fiocruz golearam um selecionado do Ministério da Saúde por 6 a 1 e completaram a festa.

Luiz Cláudio Conti, coordenador de Esportes do Sindicato e treinador das equipes da Asfoc/Fiocruz, disse que o torneio serviu como experiência.

“A competição valeu como bagagem para os jogadores. Outro ponto positivo foi o intercâmbio com pessoas ligadas ao Ministério da Saúde que também praticam atividade física. O único fato a lamentar é que perdemos a chance de disputar outra final pela falta de experiência. Poderíamos também ter vencido na categoria Amador”, ressaltou.

Iluminação – A obra de melhoria da rede elétrica do campo de futebol da Asfoc está a toque de caixa. A parte de infra-estrutura ficou pronta no fim de setembro e os novos refletores, cabos de eletricidade e lâmpadas serão colocados em outubro. Após a conclusão destes serviços, o Departamento de Esportes organizará dois torneios de futebol: a 3ª edição do Master e a 24ª do Amador.

Foto: Fernando Taylor



Equipes da Asfoc/Fiocruz comemoram boa participação no campeonato